

**CARTOGRAFIAS ALTERNATIVAS: CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MATERIALIZADAS NO
ESPAÇO DAS ASSENTADAS RURAIS**

Larissa Araujo Coutinho de Paula

orcid.org/0000-0002-6585-7537

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

E-mail: coutinholacp@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6574>

Resumo

Almeja-se com este artigo, expor uma discussão teórica e resultados empíricos de experiência de pesquisa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas consequências na vida de assentadas rurais associadas à Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana (SP), relacionando-os com a metodologia de cartografias alternativas. O uso de cartografias alternativas possibilitou incluir mais ativamente as mulheres participantes da pesquisa na realização do trabalho, além de evidenciar de modo mais efetivo as conquistas advindas desta política para suas vidas, ao longo dos anos de participação, no contexto de seus lotes e suas espacialidades.

Palavras-chave: Programa de aquisição de alimentos; cartografias alternativas; assentadas rurais; Assentamento Gleba XV de Novembro; Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro.

**ALTERNATIVE CARTOGRAPHS: CONTRIBUTIONS OF THE FOOD
ACQUISITION PROGRAM MATERIALIZED IN THE RURAL
WOMEN'S SPACE**

Abstract

This article aims to present a theoretical discussion and empirical results of research experience on the Food Acquisition Program (PAA) and its consequences on the lives of rural settlers associated with the Organization of United Women of Sector II of Glebe XV de November (OMUS), at the Glebe XV de November settlement in Rosana (SP), linking them to the alternative mapping methodology. The use of alternative cartographies made it possible to include more actively the women participating in the research in the accomplishment of the work, as well as more effectively evidence the achievements of this policy for their lives over the years of participation in the context of their lots and their spatialities.

Keywords: Food acquisition program; alternative cartographies; rural settlements; Settlement Glebe XV de November; Organization of the United Women of Sector II of Glebe XV de November.

CARTOGRAFÍAS ALTERNATIVAS: CONTRIBUCIONES DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS MATERIALIZADOS EN EL ESPACIO DE LAS MUJERES RURALES

Resumen

Se anhela con este artículo, exponer una discusión teórica y resultados empíricos de experiencia de investigación sobre el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y sus consecuencias en la vida de asentadas rurales asociadas a la Organización de las Mujeres Unidas del Sector II de la Gleba XV de Novembro (OMUS), en el asentamiento Gleba XV de Novembro en Rosana (SP), relacionándolos con la metodología de cartografías alternativas. El uso de cartografías alternativas posibilitó incluir más activamente a las mujeres participantes de la investigación en la realización del trabajo, además de evidenciar de modo más efectivo las conquistas derivadas de esta política para sus vidas, a lo largo de los años de participación, en el contexto de sus lotes y sus espacialidades.

Palabras-clave: Programa de adquisición de alimentos; cartografías alternativas; asentadas rurales; Asentamiento Gleba XV de Novembro; Organización de las Mujeres Unidas del Sector II de la Gleba XV de Novembro.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar considerações a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na vida de mulheres assentadas associadas à Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), no assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, extremo oeste do Estado de São Paulo (figura 01). O texto consiste num esforço de síntese de resultados parciais obtidos em pesquisa de doutorado sobre organizações de mulheres em assentamentos rurais do interior paulista.

No artigo em questão, procuramos elencar resultados que evidenciam a importância de políticas públicas para estas mulheres, no caso, o Programa de Aquisição de Alimentos, que desde 2016 vem sofrendo reduções orçamentárias significativas, comprometendo a continuidade do programa. Os resultados que discutiremos neste artigo dialogam com metodologias qualitativas, mais precisamente com a produção de cartografias alternativas.

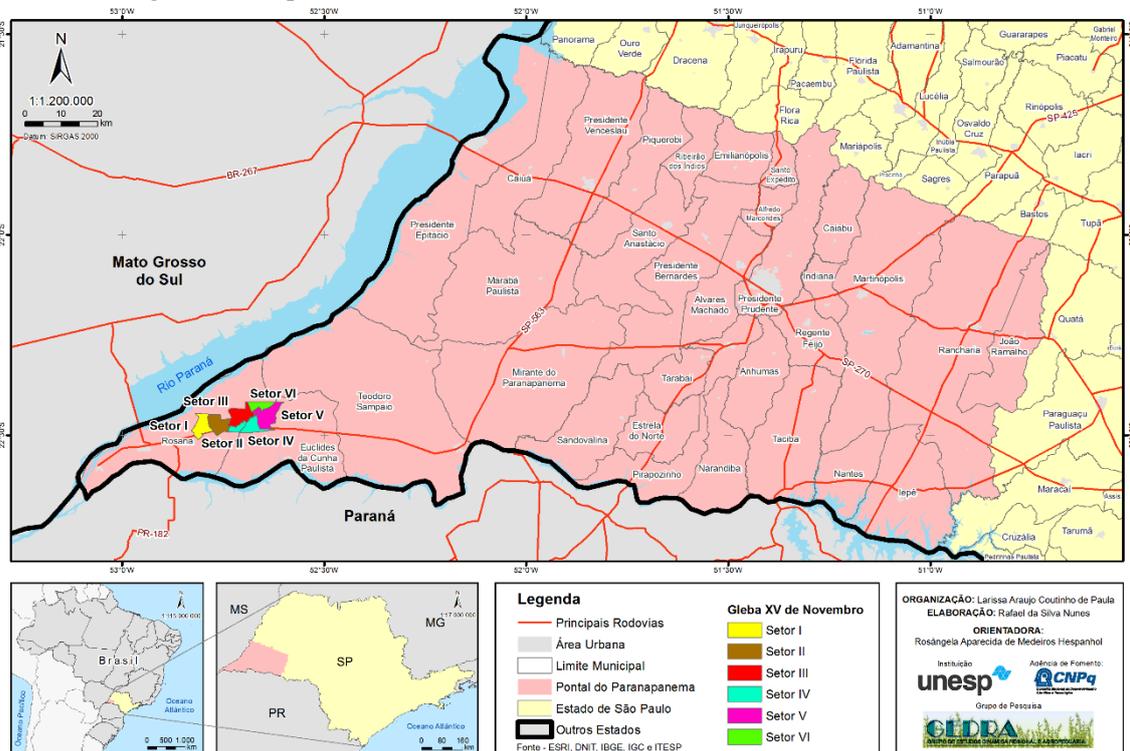
Enquanto geógrafos, somos bem familiarizados com os mapas e as projeções cartográficas nos acompanham desde que éramos estudantes de ensino básico, curiosos a imaginarmos o que havia além, sobre aquelas porções de terra que pairavam sobre a imensidão azul. Massey (2008) nos traz a terna lembrança de quando era criança e passava as

horas deitada sobre a cama brincando com o seu globo, certamente muitos geógrafos e geógrafas têm alguma recordação nostálgica parecida com esta.

Amo mapas – eles são uma das razões por que me tornei “geógrafa”. Eles nos transportam para longe, fazem com que sonhemos. No entanto, pode bem ter sido que, apesar disso, nossa noção de mapa tenha ajudado a apaziguar, a retirar a vida do mundo, como muitos de nós, mais comumente, pensamos sobre o espaço. Talvez nossos atuais mapas ocidentais, “normais”, tenham sido mais um elemento naquele longo esforço de subjugar o espacial (MASSEY, 2008, p.159).

Por mais que, ainda enquanto crianças, estejamos longe de compreendermos cientificamente em que consiste a cartografia, sabemos desde cedo que ela é uma representação da realidade. Segundo Seemann (2012, p. 74), o mapa não é o lugar. Mapas representam lugares, mas são apenas abstrações e reduções deles.

Figura 01. Mapa de localização do Assentamento Gleba XV de Novembro.



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Tuan (2013) salienta que temos uma habilidade espacial que é desenvolvida por meio de nossas atividades corriqueiras. A habilidade “é o que podemos realizar com o nosso corpo”. Segundo o autor, “o conhecimento espacial, embora acentue tal habilidade, não é necessário a ela” (p. 80). Nesse sentido, a habilidade espacial é essencial para a subsistência,

enquanto o conhecimento espacial, no nível da articulação simbólica em palavras e imagens, não é (p. 97).

Mais tarde, aprendemos que esta representação pode ser expressa a partir de diferentes projeções, de modo a valorizar ou desvalorizar determinadas regiões do mundo. Isso altera nossa visão de mundo, e assim vemos que a cartografia pode configurar-se enquanto uma estratégia política, para dar visibilidade a povos e espacialidades diferentes até então desvalorizados pela perspectiva hegemônica. Como ressaltou (TUAN, 2013), o mapa é a evidência incontestável do poder (p.100), a cartografia pode ser usada com fins políticos (p. 217).

Entendemos então, que a cartografia é uma ferramenta de poder e de cunho político. Assim, para além dos discursos obtidos por meio de entrevistas e grupos focais, essas mulheres podem representar cartograficamente seus espaços, de vivência e produção, de construção coletiva, demonstrando alterações e permanências nos mesmos, já que eles são as que melhor os conhecem, ajudando a nós, pretensos pesquisadores a conhecerem parcialmente suas múltiplas realidades.

Nossa pesquisa de campo se desdobrou em diferentes fases. Na primeira etapa realizamos entrevistas em profundidade com 9 (nove) integrantes da associação, além da observação participante. Este primeiro contato foi importante para conhecê-las melhor. As entrevistas buscavam detalhar quem eram aquelas mulheres, como ocorreu o processo de luta pela formação do assentamento, como viviam, como organizavam seu trabalho e produção, a participação em políticas públicas, enfim. No segundo momento procedemos com uma atividade por meio da qual as participantes da pesquisa pudessem representar com um desenho, as mudanças e práticas espaciais que tiveram antes e depois de participarem do programa. Percebemos assim, que apesar das limitações, o PAA gerou mudanças significativas na vida delas, de suas respectivas famílias, bem como do assentamento de modo geral.

Além desta introdução e das conclusões, o texto encontra-se dividido em mais três partes. Na primeira delas há uma breve explicação sobre o PAA e a participação das pesquisadas no programa. Na segunda parte, expomos discussões teóricas que nos embasaram a pensar nas possibilidades de cartografias alternativas. E por fim, na última parte, temos a apresentação e descrição do material cartográfico produzido pelas associadas.

A participação da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003¹, inserido no rol de políticas do Programa Fome Zero, e consiste num canal institucional para a comercialização de famílias de pequenos agricultores, assentados e assentadas rurais, quilombolas, populações ribeirinhas e indígenas. O programa adquire alimentos “in natura” e manufaturados por meio de venda isenta de licitação. Além de possibilitar um pagamento para quem produz alimentos, o programa apresenta outra vantagem, a distribuição destes em projetos locais, escolas, creches, abrigos, albergues, hospitais, e diretamente para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, cadastradas em programas de assistência social, contribuindo para a redução dos índices de insegurança alimentar. Em termos estruturais o programa apresenta uma interligação de diferentes níveis de gestão política: municipal, estadual e federal, sendo uma política pública de multiescalar.

O programa estimulou a diversificação produtiva em áreas e regiões de predomínio de monoculturas, reduzindo a vulnerabilidade social dos agricultores, além de incentivar práticas agroecológicas, ao atribuir valor mais alto na comercialização de produtos agroecológicos (MIELITZ, 2013).

As associadas da OMUS participam da modalidade Compra para Doação Simultânea². Esta modalidade promove a articulação entre a produção de famílias de pequenos agricultores e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, é operacionalizada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) com recursos da atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Social³. Nesta modalidade, as associações elaboram um projeto constando um cronograma com a entrega dos alimentos, se aprovado, recebem mensalmente o pagamento pelas entregas realizadas.

Em 2013 o governo federal tornou obrigatória a participação de, pelo menos, 40% de mulheres em cada iniciativa da modalidade de Compra com Doação Simultânea. Isso ocorreu em virtude da intensa participação de mulheres no programa, que muitas vezes era obscurecida, pelo fato de serem seus companheiros os cadastrados formalmente como participantes da política.

Acreditamos que o ineficiente auxílio do poder público municipal, associado às dificuldades e reduzidas formas de comercialização em mercados locais, como as feiras e

projetos envolvendo demais instituições, torna os programas de compras institucionais, como o PAA, uma estratégia de reprodução socioespacial extremamente importante para a OMUS. As assentadas da OMUS começaram a participar do PAA em 2011, passaram por dois anos (2015 e 2016) sem aprovação de projeto, devido a problemas de documentação, mas permanecem participando da política. Na tabela 01 é possível observar a dinâmica de participação da OMUS no PAA.

Tabela 01. Participação da OMUS no PAA.

Ano de Referência	Vencimento do projeto	Valor total (R\$)	Número de Participantes
2011	28/02/2012	160.740	38
2012	31/05/2013	88.830	74
2013	03/12/2015	495.997	80
2014	11/12/2016	526.500	81
2015	-	-	-
2016	-	-	-
2017	22/04/2020	200.000	26

Fonte: Portal de Transparência da Conab
Organização: da autora.

Em termos de alimentos produzidos e entregues na comercialização com o programa, observamos que estes apresentam grande variedade, sendo incluídos nos projetos de acordo com a sazonalidade. Os alimentos entregues ao longo dos anos de participação dividem-se em frutas (acerola, banana-nanica, mamão, manga, abacate, fruta do conde, graviola, jabuticaba, melancia, romã, caju, tangerina, jaca, limão e tomate cereja), legumes (abóbora, abobrinha, maxixe, jiló, quiabo, vagem, pimentão verde, chuchu, berinjela e pepino para pickles) verduras (couve, rúcula, repolho, espinafre, agrião, brócolis, e almeirão) e tubérculos (mandioca, batata doce, nabo, cenoura e inhame) e temperos naturais (cebolinha, salsa), cereais (milho verde), sementes (amendoim descascado) e ovos, além de produtos manufaturados, tais como: bolacha de nata, doce de leite, doce de mamão e polpa de frutas. Alguns destes alimentos podem ser visualizados no painel fotográfico a seguir.

Figura 02. Alimentos entregues em projeto da OMUS ao PAA



Fonte: Organização da autora.

Os alimentos eram diretamente entregues às creches e escolas públicas do município, associações locais de amparo à criança e ao adolescente, casa transitória do centro espírita, projetos de igrejas evangélicas, pastoral da terra. A partir de 2013, eles passaram a ser entregues ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rosana, que passou então a centralizar a distribuição deles.

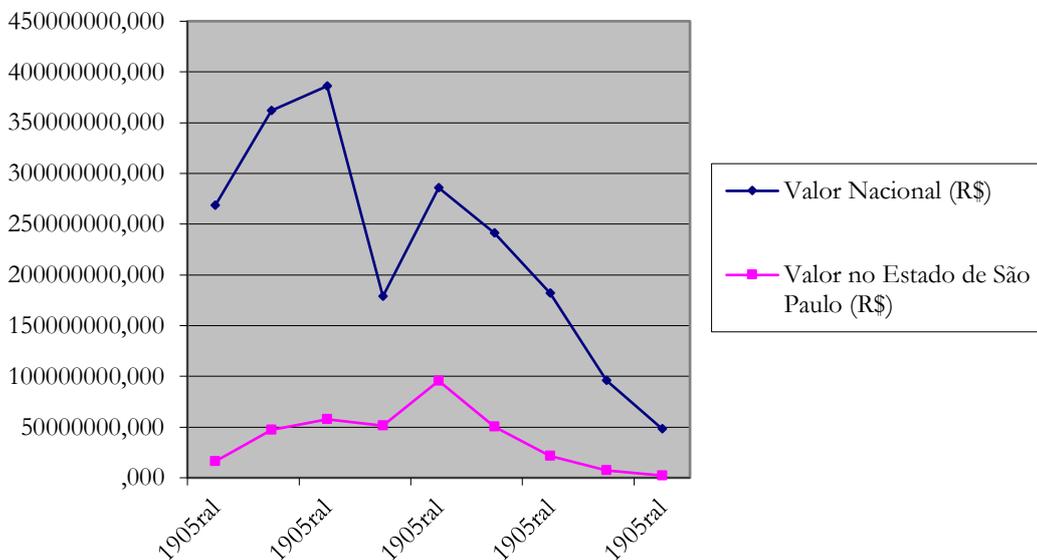
Vale ressaltar ainda, mudanças ocorridas no que se refere ao perfil das pessoas que participaram do programa por meio da associação. A OMUS é assumidamente uma associação de mulheres, é a associação mais forte da Gleba XV, e por isso, acaba desenvolvendo um papel de articuladora, incentivando e integrando a participação das famílias assentadas em diferentes projetos e políticas públicas, incluindo, por vezes, homens. Por isso, entre os anos de 2011 e 2014, havia uma participação mista, de mulheres e homens via associação.

A partir de 2016, após mudanças em nível nacional no programa, que visavam estimular e reconhecer a participação feminina, a política passou a ter como participantes na associação, apenas mulheres (Figura 05). Isso coaduna com o *déficit* de recursos destinados à esta política (Figuras 3 e 4), que principalmente a partir de 2016 tem sofrido queda de orçamento, tornando algumas condições que antes, eram apenas recomendações para maior

probabilidade de aprovação de projetos, requisitos quase imprescindíveis para o êxito de associações que disputam projetos, um deles: a maior quantidade de mulheres integrantes no grupo.

A participação de homens nos anos iniciais no programa também se vincula a documentação para cadastro. Um dos requisitos era que a pessoa inscrita no projeto possuísse a Declaração de Aptidão ao Pronaf⁴ (DAP), e apesar de atualmente haver um número maior de mulheres detentoras deste documento e o mesmo passar a ser cedido em nome do casal, por um longo tempo, a DAP era emitida apenas em nome de um integrante da família, que na maioria dos casos era o homem.

Figura 03. Gráfico com valores anuais destinados ao PAA no Brasil e no Estado de São Paulo, entre 2010 e 2018.

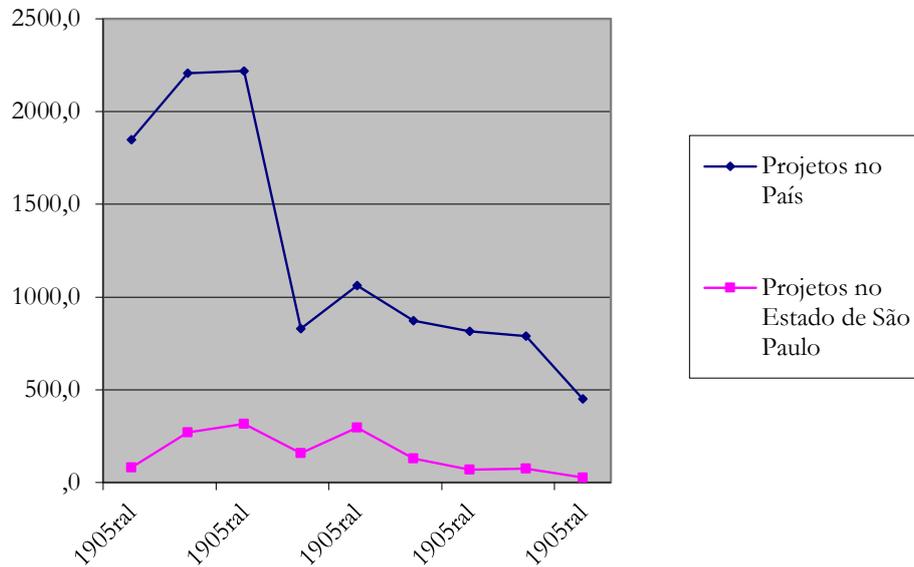


Fonte: Portal da Transparência do PAA. Organização: Autora, 2019.

Ao analisar os dados gerais do programa⁵ ao longo dos anos de sua criação e execução, notamos que ele passou por oscilações. Em 2010, tínhamos inicialmente o valor nacional de R\$ 268.632.691,06 e R\$ 16.082.576,00 dispendidos no Estado de São Paulo, esses valores foram progressivamente acrescidos, chegando ao ápice no ano de 2012, totalizando R\$ 386.093.480,60 (Brasil) e R\$ 57.611.810,91 (São Paulo), houve uma pequena diminuição

em 2013, mantendo-se em 2014 e 2015 estáveis, até sofrerem uma constante queda a partir de 2016, chegando em 2018 ao valor de R\$ 48.275.211,96 (Brasil) e 2.175.999,90 (São Paulo).

Figura 04. Gráfico com quantidade de projetos aprovados pelo PAA no Brasil e em São Paulo, entre 2010 a 2018.



Fonte: Portal de Transparência da Conab. Organização: Autora, 2019.

Em termos do número de projetos aprovados, o programa consequentemente segue o mesmo histórico, de acordo com os recursos disponíveis. Em 2012, ano de maiores valores, tivemos 2.219 projetos aprovados pelo país, sendo que 316 deles concentravam-se no Estado de São Paulo, após as reduções, em 2018 estes números passaram para 451 e 27, respectivamente.

Figura 05. Integrantes da OMUS na entrega de alimentos ao PAA



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Embora o projeto da OMUS atualmente em vigor perdure até meados de 2020, é notável o descontentamento com a redução dos recursos para a política pública e a tristeza diante da possibilidade de término do programa, uma vez que se constituiu enquanto a principal estratégia de reprodução socioespacial das assentadas da AMA.

Em campo, ouvimos relatos das próprias associadas e, também, de funcionários de instituições que lhes oferecem assistência técnica, que evidenciam a importância do PAA para estas mulheres.

As mulheres da OMUS foram mudando ao longo dos anos, acho que principalmente por causa do PAA, porque elas tiveram que resolver muita coisa fora, ir atrás de ajuda para a elaboração dos projetos, em bancos, para a criação de contas para receber os pagamentos, passaram a participar de mais eventos, cursos. Você percebe o desenvolvimento delas, tinham algumas que vinham dificilmente vinham aqui (no Itesp), e quando vinham mal falavam, geralmente estavam acompanhando os maridos. Hoje não, até aquelas que eram mais tímidas estão conversando mais, resolvendo coisas na associação (Técnico agrícola do Itesp de Rosana, 24 de abril de 2018).

Eu voltei a estudar para entender melhor como deve ser escrito os projetos, porque antes a gente pagava para pessoas de fora para fazerem para a gente, e ainda assim, tinha erros, problemas. Eu tinha feito só até o sexto ano, aí voltei a estudar, fiz supletivo e uma provas e consegui

terminar o ensino médio. A maioria das mulheres aqui, assim, as da minha idade, só conseguiram concluir os estudos assim, fazendo supletivo (Prímula, 55 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

A minha maior alegria foi tirar a minha carta. Já estava velha, minha filha, com mais de 40 anos, mas eu consegui. A Margarida (liderança da associação) estava sobrecarregada, pois tinha muitas coisas para resolver na associação, ela dirige, mas também já está mais velha, a vista não é mais a mesma coisa e a gente se cansa. Aí sempre tínhamos que ir resolver coisas do programa da Conab na cidade, e eu resolvi tirar a minha carta. Meu esposo falava: “Tanto tempo sem carta, agora vai inventar isso!”, mas eu fiz e deu certo, consegui! (Iorênia, 45 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

Por meio dos relatos pudemos constatar a relevância desta política para as assentadas rurais, não apenas em termos monetários e materiais, mas em aspectos simbólicos, no que tange ao comportamento delas, sua autoestima, a valorização de seu trabalho, a retomada de projetos pessoais, como o retorno aos estudos e a obtenção da carteira de motorista.

Além dos relatos orais obtidos por meio das entrevistas, solicitamos que as associadas representassem cartograficamente, por meio de desenhos, as alterações pelas quais seus lotes passaram ao longo dos anos de participação no programa.

Cartografias alternativas e a necessidade de repensar os mapas geográficos

Os mapas nos transmitem uma mensagem de ordem nas coisas, por meio dos mapas encontramos o caminho, sabemos onde estamos e onde estão os outros. E por mais que o mapa nos instigue a imaginar, viajar mentalmente, eles também estabelecem ordem, “são como uma representação de uma estrutura essencial” (MASSEY, 2015, p. 159).

Há uma complexidade inserida nos mapas, que não são possíveis de serem expressas por eles. Como aponta Seemann:

Atrás dos pontos, linhas e polígonos impressos no papel escondem-se homens (e mulheres) e suas razões, ações e contradições cartográficas que influenciam ou até determinam como devem ser a aparência e os conteúdos de um mapa. **Mapas são textos culturais**, e não espelhos do mundo, embora eles ajudem a fabricar essas realidades (SEEMANN, 2012, p. 69, grifo nosso).

É nesse aspecto que Massey (2008, p. 163) nos alerta que “o objetivo de cartografias situacionistas é justamente quebrar paradigmas e dicotomias, *desorientar*, *desfamiliarizar*,

provocar uma visão a partir de um ângulo inusitado. [...] o espacial é uma arena de possibilidades.”

A autora supracitada explica que em pesquisas pautadas pela perspectiva descolonial, os mapas podem ser desconstruídos e reconstruídos como forma de reivindicação de singularidade, estabilidade, fechamento da concepção usual de representação cartográfica. De modo que: “A figura do mapa tem sido usada em certa literatura pós-colonial e feminista como uma forma que pode, por um lado, representar atitudes rígidas do passado, mas também, por outro lado, ser trabalhada a partir de dentro (MASSEY, 2008, p. 163).”

Nós somos seres espaciais, estamos constantemente em movimento e vivenciando espacialidades. Criamos então, conexões com os lugares, aqui não nos referimos ao vínculo de enraizamento, já que temos o conhecimento de que nenhum lugar, por mais que nos seja caro, permanece igual. Está sempre aberto, sujeito ao encontro de trajetórias e mudanças. Como nos alerta Massey:

Trata-se, também, de que as montanhas estão surgindo, de que a paisagem está sofrendo erosão e recebendo depósitos e sedimentos, de que o clima está mudando, que as próprias rochas continuam a se mover. Os elementos deste “lugar” serão novamente dispersos, em diferentes tempos e velocidades. (MASSEY, 2008, p. 203).

Se os elementos naturais são suscetíveis às mudanças e ao movimento, nós também somos, de modo que estamos continuamente construindo e desconstruindo nossas certezas. A forma como nos relacionamos com o espaço, e como transitamos pelos lugares, tem como primeira instância o nosso corpo. Qualquer corporeidade é, simultaneamente, dispositivo de ação e testemunho de vivências (MEJÍA, 2015). “O espaço é a categoria de mediação na relação de experiência do corpo com o mundo por intermédio daquilo que é possível, portanto, vivenciável e experienciável: o lugar” (CHAVEIRO, 2012, p. 250).

Um mapa pode ser definido, de forma bastante simplificada, como um desenho representativo de uma cidade, de um país etc. Mas, se o mapa pode integrar os elementos de localização de uma cidade, de um fenômeno, por que não podemos utilizá-lo para que também represente a nossa forma de pensar? Ou o modo como atribuímos valores a diferentes itens que estão ao nosso redor, no cotidiano? Ou ainda, as relações que

estabelecemos com determinados lugares? Entendemos a partir de Mejía (2015) que a cartografia deve acompanhar processos e isto é diferente de representar objetos.

O lugar é um feixe ininterrupto de relações, e, portanto, de práticas espaciais de diferentes sujeitos que, em sua luta diária pela existência, com valores e símbolos, com sensações e sentimentos, com intencionalidades e motivações, com sua produção de sentido, transformam o corpo num ator de suas plataformas. Convém sintetizar: os lugares são arenas vitais para - e pela - ação das corporeidades, por onde o mundo torna factível, encarnado, real e possível (CHAVEIRO, 2012, p.251).

Ao compreendermos que há uma relação entre nossas práticas espaciais, os lugares e os corpos, podemos pensar em formas alternativas de cartografia. A cartografia social, que provem das pessoas de um determinado grupo, nas buscas por reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das pessoas.

São exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Na cartografia social, os mapeamentos podem constituir-se enquanto objetos da ação política, de modo que os sujeitos que reivindicam o reconhecimento de diversas tramas, territoriais, fundiárias, étnicas e políticas podem participar ativamente da construção da representação espacial, de modo contestador às representações hegemônicas do espaço, do Estado, ou de grandes empresas. Além de uma ferramenta de luta, a cartografia social pode subsidiar diagnósticos e estratégias espaciais (ACSELRAD, 2009; BATISTA, 2014).

Segundo Acselrad (2009), o processo de inclusão de populações locais na produção de mapas disseminou-se mundialmente desde os anos 1990, através de ações de agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras. Entre as vantagens da cartografia social está a possibilidade de mobilização da população no debate sobre demandas

por terras, no planejamento do uso de recursos naturais e afirmar a relevância do conhecimento tradicional.

Resumidamente, nas propostas de mapeamento participativo, o contexto de mapeamento permanece, embora eles não resultem em mapas propriamente ditos (ou em mapas tradicionais): “Trabalhos na antropologia, psicologia e sociologia empregam cada vez mais termos cartográficos como mapa e cartografia em seus títulos, porém, não apresentam mapas de fato em seus textos, mas sim, metáforas espaciais (SEEMANN, 2012, p. 74)”.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas a representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

Segundo Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto) gráfica de dados geográficos para o papel”.

Massey (2008, p. 164) nos adverte que o espaço não é um mapa, e um mapa não é o espaço, mas mesmo os mapas não devem impor sincronias coerentes, concretas e estáveis. Para a autora, as re-imaginações feministas e pós-coloniais ampliam as possibilidades da cartografia, fundamentam críticas aos mapas como “tecnologias do poder” nos forçando a criar nossas próprias formas de mapas. Cartografar espacialidades em aberto, não finalizadas e estórias em curso são um grande desafio para a cartografia e para aqueles que ousam mapear trajetórias.

É um desafio porque implica uma vinculação temporal, o movimento indica flutuações em termos de uso, de modo que o mapa é, ao mesmo tempo, espacial e temporal (WINKIN, 1989). Os mapas são, portanto, um dos aspectos da tecnologia do poder. Os mapas ocidentais tradicionais facilmente nos levam ao entendimento de que o espaço é uma superfície de completa horizontalidade (MASSEY, 2008).

Concordamos com Seemann (2012) de que a cartografia tradicional foi por muito tempo considerada um modo objetivo e exato de representar a realidade. Porém, hoje existem outras possibilidades de empreender essas representações, inclusive incluindo os sujeitos pesquisados mais diretamente, com as representações que eles próprios fazem dos lugares. Estes lugares são mais bem conhecidos por eles, do que por nós, pesquisadores. Essa experiência pessoal e as associações aos lugares dão um significado diferente ao mapa, de modo a reduzir sua aparência austera, imbricada em escalas de precisão e convenções geográficas (SEEMANN, 2012).

Existe, segundo Mejía (2015), uma etnografia⁶ aplicada em algumas pesquisas sociais que convida os participantes a fazerem comentários, a formarem parte do texto, participando ativamente da escrita, como coautores. Não conseguimos executar tal incorporação das participantes da pesquisa, a um nível de escrita da tese, porém, valorizamos as espacialidades vividas por estas mulheres e as representações que elas têm sobre isso.

Por muito tempo, a Antropologia⁷ esteve relacionada ao estudo de determinadas populações em lugares específicos, de modo que sua prática envolvia alteridades culturais tidas como exóticas e distantes, sociedades primitivas. Até a primeira metade do século XX, os antropólogos se dedicavam ao estudo de alteridades imersas dos Estados nacionais. Isso configura até hoje, no senso comum, a imagem do antropólogo como um profissional peculiar, em busca da alteridade cultural (MEJÍA, 2015).

É a partir desta perspectiva, na mudança da Antropologia, de valorizar as espacialidades dos sujeitos estudados, e de um olhar menos dominado pelo discurso hegemônico, e de uma imaginação geográfica menos limitadora, conforme proposto por Massey (2008), que Mejía (2015) nos apresenta possíveis interações entre a etnografia e a cartografia. De acordo com ele, uma se aproxima da outra quando retoma a forma problemática como o pesquisador se inclui na investigação. Há um desafio para ambos, etnógrafo e cartógrafo, que está em aumentar o coeficiente de transversalidade de produção de diferença, sua vulnerabilidade à alteridade⁸.

Neste sentido Seemann (2012) afirma que os mapas são transcrições de nós mesmos, eles permitem uma ligação com as biografias daqueles que os fazem e demais pessoas envolvidas no processo. “Assim, os mapas são evidências de vidas e práticas espaciais das pessoas, e a cartografia: é um ato de comunicação intersubjetivo, é também uma maneira

de se colocar no mundo, a arte ou ciência de representa-lo, de se orientar, tornar o espaço familiar, torná-lo um lugar (SEEMANN, 2012, p. 85).”

A cartografia implica na imersão do cartógrafo no território e seus signos. Este encontro é traduzido em muitas narrativas etnográficas, por meio dos encontros, da proximidade, da imersão, da observação, da distância necessária para a análise (MEJÍA, 2015).

As cartografias existenciais, ao envolverem componentes como raça-etnia, identidades culturais, gênero etc., ampliam a compreensão política das trajetórias dos sujeitos – e demonstram como o controle hegemônico dos lugares age sobre essas diversidades étnicas promovendo preconceitos, sequestros de voz, valores (CHAVEIRO, 2012).

Na cartografia afetiva, o corpo compreendido como campo de forças, de afetos e intensidades, implicando num movimento de repouso, velocidade e lentidão. Este corpo passa a ser apreendido pela sua capacidade de afetar e ser afetado, numa dupla dimensão de atração e repulsão, assim o corpo imprime ações ativas e reativas. “Qualquer relação de forças é o que define um corpo: químico, biológico, social, político.” (MEJÍA, 2015, p. 15).

Isso reflete em diferentes graduações de relações de dominação, que se relacionam com as técnicas de subjetivação, diferentes estratégias de movimento de atualização e desatualização de subjetividades, micropolíticas, cartografias (MEJÍA, 2015). Além da contestação da visão hegemônica de poder, os mapas mentais podem efetivamente expor as experiências cotidianamente vividas no espaço.

Segundo Winkin (1989), a etnografia esteve por muito tempo vinculada ao contexto colonialista, do estudo dos selvagens, do exótico, ligada a uma visão hegemônica. Foi no decorrer do tempo, abrindo um leque de possibilidades de estudo, desde o cotidiano do próprio pesquisador. Nesse sentido, um lugar simples e comum (bar, igreja, estação de ônibus etc.) à medida que são problematizados e analisados resultam em espaços de extrema complexidade.

Os mundos mentais são aprimorados por intermédio de experiências sensoriais e cinestésicas. O conhecimento espacial aumenta a habilidade espacial. Essa habilidade é de diferentes tipos, variando desde a destreza atlética até realizações culturais como a navegação oceânica e cósmica (TUAN, 2013, p. 97).

Seemann (2012) propõe a união de duas culturas da cartografia para alcançarmos o desafio e de projetar lugares num mapa: a tradição científica e a tradição humanista. Segundo o autor, os mapas na tradição humanista não se configuram em impressões sobre uma folha de papel, não são entendidos como produtos, mas sim como processos.

Fisicamente os mapas são marcas numa folha de papel, mas visualmente nos remetem a um mundo multidimensional, que pode abranger desde objetos até emoções, que são diretamente percebíveis no papel. Aí está o paradoxo dos mapas (SEEMANN, 2012). Isso é acrescido pelo fato de que a leitura pessoal do mapa não obedece a regras vinculadas à geometria, precisão ou produção técnica. Ela é feita de um modo pessoal e subjetivo, que implica em memórias e relações (SEEMANN, 2012).

Acreditamos que essa discussão teórica é relevante para expor como pensamos a relação da tese com a cartografia, de modo a não desconsiderar e nem deslegitimar a cartografia tradicional e cientificamente reconhecida por meio de mapas formais. Ainda assim, acreditamos que seria interessante possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, assim teríamos mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais.

Itens aos quais elas atribuem maior ou menor valor, como elas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações sofridas pelos lugares advindas com o tempo. A concatenação entre espaço e tempo foi bem frisada por Winkin (1989, p. 134) ao alertar seus alunos do curso de antropologia, mas serve também para nós, geógrafos, sobretudo aqueles que propõem novas formas de pensar e representar as espacialidades dos sujeitos estudados:

É trabalhando na dimensão temporal dos seus lugares que vocês conseguirão dar-se conta de que um lugar espacialmente definido é sempre um lugar temporalmente definido e que as duas dimensões estão inextricavelmente misturadas. Os mapas são, portanto, um instrumento essencial para aquele que quer fazer um trabalho etnográfico (WINKIN, 1989, p.134).

Conquistas advindas da participação no PAA segundo a visão e experiência cotidiana das associadas da OMUS

A cartografia realizada com as mulheres da OMUS nos permitiu acompanhar as mudanças ocorridas a partir da participação da associação no Programa de Aquisição de Alimentos. Solicitamos às participantes que representassem seus lotes por meio de dois desenhos, antes e depois de participarem do programa. A OMUS constituiu-se enquanto associação desde 1989.

A OMUS possui uma padaria, porém, infelizmente ela encontra-se inoperante e com problemas de infraestrutura. A associação produz pães, biscoitos de nata e compotas que são adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas em virtudes dos problemas com a padaria, a produção destes itens tem ocorrido nos lotes das participantes.

Notamos que o PAA consiste em uma fonte de recursos extremamente importante para as associadas e para suas famílias, isso já era evidente por meio dos relatos nas entrevistas, mas a atividade cartográfica nos permitiu uma melhor visualização deste processo. A contribuição da política é inegável e se dá em várias dimensões, nas representações pudemos ter mais clareza das alterações advindas da política que se materializam na vida das associadas.

Figuras 06 e 07. Cartografias elaboradas por Magnólia, associada à OMUS



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas figuras 06 e 07 podemos observar as alterações que o lote antes da participação no programa apresentava com apenas uma casa (de madeira) e a área ao redor, apenas com grama, a ser cultivada. Após a inserção no PAA, a associada expõe que reconstruiu sua residência em alvenaria, construiu um barracão e um poço artesiano, adquiriu animais, como vacas e porcos e passou a produzir mais intensamente no lote, cultivando mangas e uma horta, alimentos que entrega no programa.

Figuras 08 e 09. Cartografias elaboradas por Gardênia, associada à OMUS.



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas cartografias elaboradas pela participante Gardênia, observamos que a partir da participação no programa houve melhorias, a criação de poço artesiano, a construção de outra casa no lote, na qual reside a sua filha, o cultivo de mandioca, de banana e de hortaliças.

Eu entrego para o PAA e para o PNAE. Entrego verduras, frutas, faço polpas de acerola e goiaba, também faço doces, doces de milho, doce de leite, de abóbora, bolachas de nata, e entrego em maior quantidade mandioca e banana (Gardênia, 49 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril d 2018).

Além dos benefícios que se materializam no lote, e do aumento da renda familiar, Gardênia menciona aspectos imateriais, como a valorização de atividades culturalmente atribuídas às mulheres, como o cultivo de hortas, a fabricação de alimentos manufaturados, como pães, polpas, doces, compotas, que muitas vezes eram produzidos apenas para o consumo interno, e não geravam renda. Infelizmente, o reconhecimento da importância deste trabalho só advém após gerar aumento financeiro para as famílias.

Desde que eu comecei a entregar nesses programas não faltou mais dinheiro, assim, a gente não é rico, mas dá para viver mais tranquilo, mais sossegado, porque assim, o meu esposo e o meu filho é servente de pedreiro, nem sempre eles conseguem trabalhar, a minha filha é professora e pega algumas aulas como substituta na escola do assentamento. [...] E eu vejo todo mundo feliz depois desses programas, principalmente as mulheres, porque agora somos reconhecidas pelo nosso trabalho e ganhamos dinheiro com o que fazemos. E o povo da cidade olha para a gente de um jeito diferente agora, eles têm consciência que estão sobrevivendo mais pelo povo dos assentamentos (Gardênia, 25 de Abril de 2018).

Chama-nos atenção outro fator, que se associa diretamente às práticas espaciais dessas mulheres, a questão da mudança da visão dos cidadãos em relação a elas. É recorrente nos relatos a vivência de experiências negativas, devido ao fato de serem assentadas rurais. Há um grande preconceito social sobre os moradores de assentamentos rurais, que são vistos pelos demais moradores dos municípios como vagabundos, pessoas errantes e oportunistas, mesmo crianças e adolescentes manifestam esse sofrimento no convívio escolar.

O PAA, entre os seus inúmeros benefícios, propicia uma articulação entre campo e cidade por meio dos alimentos produzidos pelas associadas. E muitos consumidores finais ao descobrirem que estão se alimentando destes produtos, feitos pelas mãos das assentadas, mudam a forma como idealizam essas pessoas.

Figuras 10 e 11. Cartografias elaboradas por Margarida, associada à OMUS



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas cartografias elaboradas por Margarida (Figuras 10 e 11), podemos notar outras melhorias, além da mudança das casas de madeira para alvenaria, da construção de poços artesianos, do cultivo de hortas e pomares, diz respeito ao acesso à antena parabólica e à internet, além da aquisição de veículo. Margarida se esqueceu de registrar no desenho, mas em seu relato, mencionou a aquisição de um carro, item indispensável para a sua locomoção no assentamento e fora dela, já que frequentemente precisa fazer viagens curtas para resolver questões da associação.

No primeiro desenho, antes do PAA, ela registra o seu primeiro meio de transporte, a charrete e o cavalo. É curioso que embora tenhamos visto outros lotes cujas residências possuíam TV a cabo e internet, isso não foi registrado pelas demais associadas. Podemos inferir que esses itens sejam mais valorizados por Margarida, pois em sua casa vivem apenas ela e o esposo que já é bastante idoso e apresenta saúde debilitada, assim o uso pessoal de redes sociais e plataformas de conversação, além do aparelho televisivo, constituem formas de interagir e minimizar a sua solidão.

Quando a questionamos sobre a importância dos programas de compra institucionais para as mulheres rurais e para o assentamento, ela nos respondeu:

Antigamente assentado não podia ir a lugar nenhum que era visto como bandido. Eu mesma já fui proibida de entrar num supermercado, porque eu sou preta e assentada. Tem muito preconceito contra mulher e o povo de assentamento, se for preto é pior ainda. Aquilo foi uma humilhação muito grande. Hoje ninguém me impede de entrar em lugar nenhum, se isso acontecer, eu chamo a polícia, porque se a mulher daquele mais alto pode pegar um carrinho e comprar a gente também pode, se ela passa o cartão, se ela dá um cheque nós também damos. [...] Depois dessas políticas, dos anos 2000 pra cá, o assentado passou a ter mais direitos, antes o assentado andava de carroça, agora tem assentado com moto, carro, até caminhonete, agora o filho do assentado pode estudar se quiser, fazer faculdade, todo mundo tem energia elétrica, melhorou muito (Margarida, 58 anos, Assentamento XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

Nos anos 80, quando os assentamentos estavam se formando e tinham as primeiras associações, de homens, a gente, mulheres, não podíamos nem falar e nem votar porque só os homens eram titulares e eles não queriam que a gente participasse. A gente não podia dar a nossa opinião só por ser mulher, isso dava muita raiva. No dia da reunião a gente ficava lá atrás e a gente via coisa que era errada, mas não podia falar nada porque eram só os homens que decidiam e falavam. Aí a gente criou a nossa associação, só de mulheres, e a gente que manda. [...] A gente sempre fez as coisas por conta própria, mas tínhamos a ajuda do Itesp, depois com o programa da

Conab (o PAA) e o PNAE a gente melhorou bastante e teve mais reconhecimento (Margarida, 58 anos, Assentamento XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

As atividades cartográficas foram realizadas individualmente, e posteriormente, em grupos. Utilizamos como material, cartolinas, folhas de sulfite, lápis de cor e giz de cera, no caso dos grupos, registramos a interação das associadas em áudio por meio de gravador. Essa atividade consistiu em um desafio, pois tínhamos uma visão restrita de cartografia, como explicado na exposição teórica inicial.

Conhecíamos a existência de outras formas de produção de mapas, porém não sabíamos se tais metodologias eram viáveis para a nossa pesquisa. Como realizamos as entrevistas anteriormente, pudemos ter mais elementos que ajudaram a conduzir a atividade de forma mais bem-sucedida, nos revelando outros aspectos das associadas, suas formas de pensar e de representar os seus próprios espaços.

A utilização de cartografias alternativas gerou algumas dificuldades no sentido de abertura das mulheres, algumas não puderam ou não quiseram participar, e isso foi respeitado. Parece algo simples, desenhar sobre o papel, colocar as próprias vivências e espacialidades, porém isso apresenta certo grau de dificuldade, sobretudo se considerarmos que algumas delas não seguravam um lápis nas mãos há tempo considerável.

Uma delas pediu para que o neto fizesse seus desenhos, pois ela não se sentia segura em fazê-lo, outra ficou deslumbrada com as cores dos lápis de cor, e emocionou-se ao lembrar os tempos em que era criança e queria seguir estudando, mas não foi além da terceira série, porque seu pai dizia que só os filhos homens deveriam frequentar a escola.

Conclusões

O Programa de Aquisição de Alimentos tem sido frequentemente apontado como um a política importante como estratégia de produção socioespacial e de resistência das mulheres rurais. Recentemente, em virtude do atual desmonte de políticas públicas e de um governo que notadamente se manifesta contrário aos assentados rurais, movimentos sociais, discussões sobre igualdade de gênero; sentimos a cada dia a redução de políticas conquistadas através de intensa luta por diversos segmentos do povo brasileiro. Neste sentido, enunciar

as contribuições delas é hoje, uma postura necessária e de denúncia diante do desmonte vigente.

Permitir que as participantes da pesquisa pudessem demonstrar como se dá o imaginário da espacialidade de seus lotes foi uma experiência enriquecedora tanto para elas, e principalmente para nós, que tivemos a oportunidade de repensar práticas geográficas, vislumbrando que outras cartografias, mais afetivas e criativas são possíveis, ampliando a participação das participantes da pesquisa na elaboração do trabalho.

Verificamos que de fato, o PAA foi uma das políticas que mais atingiu a vida das assentadas, e que apesar de limitações, o programa foi efetivo na melhoria de condições de vida e de trabalho nos assentamentos. As mulheres passaram a ter seu trabalho em hortas, pomares e manufatura reconhecidos e financeiramente valorizados, isso gerou além de conquistas materiais que se especializam nos lotes, avanços de âmbito imaterial, como a elevação da autoestima, o fortalecimento associativo e a retomada de projetos pessoais.

Referências

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. Anais do **Encontro anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**. Caxambu, Minas Gerais, 2009.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese (Doutorado em Geografia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: Elos da Produção da Existência. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Livia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008. 312 p.

MEJÍA, Rafael Ignacio Estrada. El cuerpo como territorio de la guerra: efectos micropolíticos del conflicto armado en Colombia. **Revista História Oral**, v. 18, p. 35-61, 2015.

MIELITZ NETTO, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, M. D.; Kroeff, D. R. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. 1ed. Brasília: Brasil, 2013.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Livia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 111-134, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, p. 129 – 145. 1998.

¹ Essa política é operacionalizada através de cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo do Leite; Compra para Doação Simultânea; e a Compra Institucional.

² O valor atualmente vigente comercializado por agricultor (a) ao ano é de, no máximo, R\$ 6.500,00 (MDS, 2012).

³ Anteriormente, a política era articulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) extinto em janeiro de 2019.

⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa criado em 1995 que visa a oferta de crédito a juros reduzidos para famílias de pequenos agricultores.

⁵ Os dados dos gráficos elaborados foram coletados no Portal de Transparência do PAA. Apesar de o programa ser criado em 2003, constam informações apenas a partir do ano de 2010.

⁶ A etnografia pode ser resumidamente definida como Etnografia o estudo descritivo de diversos grupos humanos (etnias), de seus caracteres antropológicos, sociais etc. (WINKIN, 1989).

⁷ Para Mejía (2015) a Antropologia é definida como a pesquisa acerca das condições e possibilidades de vida humana no mundo.

⁸ Na perspectiva de Mejía (2015), a alteridade deve ser trabalhada como possibilidade e não de acordo com o cetro da identidade. A sua abordagem parte da teoria do filósofo Spinoza, e considera os afetos nos estudos sobre as espacialidades de moradores de condomínios fechados. O autor vê na alteridade a presença viva e real, a multiplicidade de forças, é através da problematização das alteridades que construímos nossos territórios existenciais.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP) Mestra em Geografia (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México); bacharelado (2012) e licenciatura (2011) pela mesma universidade. Integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Como citar esse artigo

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. Cartografias alternativas: contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.111-134, jul/2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6574>.

Recebido em: 2019-06-21

Aceito em: 2019-07-04